

(In)Disposições ético-afetivas na mobilização do conceito de lugar de fala em espaços enunciativos informatizados

Ethical-affective (in)dispositions in mobilizing “lugar de fala” (place of speech) concept in computerized enunciative spaces

Jefferson Gustavo dos Santos Campos¹
Universidade Federal de Rondônia

Juliana da Silveira²
Universidade do Sul de Santa Catarina

Elaine de Moraes Santos³
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

♦**RESUMO:** Sob o viés das teorizações foucaultianas e da Análise de Discurso, tematiza-se o conceito “lugar de fala” como estratégia de instituição de consenso sobre quem está ou não apto a falar no interior de uma ordem discursiva dada. Parte-se da hipótese de que tanto são preteridos os efeitos dos espaços enunciativos informatizados sobre as condições materiais desses dizeres, como são desconsideradas as relações complexas entre poder e resistência na constituição das subjetividades implicadas no debate teórico-militante. Delineia-se, assim, a existência de (in)disposições ético-afetivas implicadas no âmbito teórico e prático da questão, as quais corroboram sentidos de (des)igualdade em disputa na sociedade capitalista contemporânea.

♦**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço digital. Militância. Lugar de fala. Contradição.

♦**ABSTRACT:** Under Foucauldian theorization and Discourse Analysis bias, the concept “lugar de fala” (place of speech) is thematized as a strategy for establishing consensus on who is or is not able to speak within a given discursive order. It is based on the hypothesis that the effects of computerized enunciative spaces on the material conditions of these sayings are neglected, as well as the complex relationships among power and resistance in the constitution of the subjectivities involved in the theoretical-militant debate are disregarded. Thus, the existence of ethical-affective (in)dispositions implicated in the theoretical and practical scope of the issue is outlined. Such (in)dispositions corroborate meanings of (in)equality in dispute in contemporary capitalist Society.

♦**KEYWORDS:** Digital space. Militancy. Lugar de fala (place of speech). Contradiction.

¹Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGML) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR - Campus Porto Velho). Vice-líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (Geduem/CNPq). E-mail: jeffersongustavocampos@gmail.com.

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Pesquisadora pelo Instituto Ânima. Líder do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (Gepomi - Unisul/CNPq). E-mail: julianasilve@gmail.com.

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em estágio de pós-doutorado na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Sujeito e(m) Discursividades(político)midiáticas (SuDiC-UFMS/CNPq) e membro do Gepomi (Unisul/ CNPq). E-mail: elaine.santos@ufms.br.

Considerações iniciais

As tensões sociais têm, em uma crescente, constituído o referente dos discursos que atravessam o cotidiano brasileiro, corroborando sentidos de (des)igualdade em disputa em uma sociedade capitalista. Trata-se, mais especificamente, daqueles que permeiam as querelas da ordem do debate público em circulação em diferentes espaços enunciativos informatizados (Gallo e Silveira, 2017), como *Facebook*, e focalizam processos de autorização/desautorização ou legitimidade/ilegitimidade de exposição de determinados discursos sobre o que se defende como exercício da militância. Dos fatos noticiosos mais recentes, interessam-nos os efeitos de comentários relativos a falas proferidas por diferentes participantes do *reality show Big Brother Brasil 21*⁴ sobre questões relacionadas ao feminismo (negro), à xenofobia e ao próprio racismo na proliferação de dizibilidades sobre quem pode ou não tratar dessas questões na ordem da militância.

Organizados espaço-temporalmente pelas relações estabelecidas nas redes sociais, essas diferentes posições expuseram, de modo acentuado, o medo de quem fala ou é falado na ordem da alteridade, seja ela justificada pela raça, pelo gênero, pela sexualidade, pela classe ou por qualquer outro marcador social. Ou seja: militar e/ou militar errado é, neste momento da história, ao menos no Brasil, uma exposição ao perigo da materialidade dos discursos (Foucault, 2010) do/sobre o outro a partir dos quais sujeitos (se) falam na militância.

Ante ao exposto, neste trabalho, nosso objetivo é o de problematizar a evocação do conceito “lugar de fala” como estratégia de instituição de consenso sobre quem está ou não apto a falar no interior de uma ordem discursiva dada, em diferentes debates em circulação pelos Espaços Enunciativos Informatizados. Nesse intento, ancorados seja nas teorizações foucaultianas, seja na Análise de Discurso, aventamos duas hipóteses: a primeira, trata da possibilidade de que, ao tentar entrar na ordem do discurso do/sobre o outro a partir dos quais se fala na militância, são preteridos os efeitos mais superficiais do Facebook sobre as condições materiais dos dizeres; a segunda prevê a desconsideração das relações complexas entre poder e resistência e na constituição das subjetividades implicadas no debate teórico-militante que circula, em especial, pelas redes sociais.

Para tanto, neste texto, seguimos um caminho que inicia com o entrecruzamento entre discurso militante, as linhas de força inerentes às relações de poder envolvidas e as condições de emergência da resistência nas redes. Na sequência, tecemos as bases de como a disputa de sentidos de (des)igualdade perpassa o próprio funcionamento dos Espaços Enunciativos Informatizados. Por fim, discutimos duas sequências enunciativas produzidas a partir de coleta no *Facebook*, a partir de dois significantes, “militância” e “lugar de fala”.

⁴ O Big Brother Brasil é a versão brasileira de reality show que articula confinamento, exposição 24h por dia na TV aberta e em canais na internet. No país, a primeira edição, produzida pela Rede Globo de Televisão, ocorreu no ano de 2002. Aos poucos e nos diálogos e duelos com as mudanças da sociedade, o programa tem sido palco para debates sociais de diferentes ordens.

1. Discurso militante: relações de poder e de resistência nas redes

Na toada das relações de poder entre Estado e população, as lutas democráticas (e, em alguns casos, revolucionárias) constituem o ponto de intersecção dos processos de subjetivação dos sujeitos na contemporaneidade. Isso porque as reivindicações interpostas pela população por determinados corpos visam à garantia do mínimo necessário para que sejam reconhecidos os seus direitos à cidadania. Esse é o contexto para que identifiquemos as relações de poder (do Estado) e de resistência (das militâncias), em um jogo entre efeitos de inclusão e pertencimento.

É interessante destacar que uma das características das relações entre poder e resistência, sobretudo sob a ótica foucaultiana, se marca para além da conduta estabelecida entre população e Estado. Eis o motivo para que, ao observar tais dinâmicas, a questão da alteridade seja entendida como base ou referente aos discursos que, atualmente, encontram-se em disputa.

Acerca dessas disputas, Sueli Carneiro propõe que, dentre as relações de poder observáveis, está aquela que produz o que ela chamará de “epistemicídio”, isto é, o “[...] processo persistente de produção da indigência cultural [...]” que “[...] fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender [...]” (Carneiro, 2005, p. 96). Ou seja, trata-se da instituição de estratégias que recaem não só na desqualificação material de quem se quer subjugar, mas de estabelecer um conjunto produtivo de saberes sobre elas e eles, de modo que se institucionalize uma norma social que as/os inferiorize. Identificar esse dispositivo de poder é eficaz para compreender, em parte, os modos de produção da desigualdade racial no âmbito social (Carneiro, 2005) e das diferentes intersecções pelas quais se produz a diversidade na sociedade brasileira. Nesse sentido, é do processo de observação dos modos como esses discursos proliferam, se chocam e se (re)atualizam pelas redes sociais que nascem nossas inquietações sobre os jogos de verificação.

Uma das práticas do exercício da militância se localizaria na reivindicação de que tais corpos, na ordem das diversas e possíveis enunciações, fossem ouvidas/os como detentores do “dizer verdadeiro”, verificado nas dinâmicas do social e a partir das quais não só podem, como devem estar na ordem do cidadão do Estado. Consiste, nessa medida, em uma disputa das narrativas do dizer a verdade que, sob enfoques assemelhados, foi denominado como “lugar de fala” (Ribeiro, 2019).

Para exemplificar, citamos parte do último discurso proferido por Marielle Franco na plenária da câmara de vereadores do RJ: “Não serei interrompida! Não aturo interrupção dos vereadores dessa casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a **posição de uma mulher eleita!**”. O destaque no enunciado confere, antes, uma localização social enunciativas/enunciadores (Ribeiro, 2019) que, ao dizer, não só materializa as condições históricas e culturais do grupo a partir do qual ela fala, como também autoriza uma espécie de relação direta entre quem fala, a materialização do referente na linguagem – no qual a enunciação é, em si, o acontecimento de um real produzido na linguagem (o discurso como produtor dos objetos dos quais nele se fala) e o flagrante do própria realidade concretizada no dizer.

O registro enunciativo, lembrado aqui e em tantos outros textos, emerge no que seria e foi o seu último discurso na Casa, em 8 de março de 2018, após longo período de ameaças políticas, inerentes ao ano eleitoral que reservava muitas surpresas na dinâmica da disputa de sentidos de (des)igualdade não só no estado Rio de Janeiro, mas em toda a federação. O simbolismo da celebração internacional da data – mundialmente personificada na comemoração das mulheridades – se dá, aqui, em consonância à reiteração de muitas memórias de uma mulher eleita que precisava marcar o direito

adquirido nas urnas de ser e exercer seu lugar em diferentes lutas: femininas, raciais, sociais, LGBTQIAPN+. Seis dias após a irrupção de mais esse dizer verdadeiro, seu assassinato figurou e ainda figura como um chamado e uma convocação às reflexões das dinâmicas sociais nas narrativas que se produzem no e fora do Estado.

A questão que pretendemos introduzir, aqui, propõe⁵ um olhar acerca de como os procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição dos discursos fazem trabalhar a evocação do conceito “lugar de fala” na ordem do discurso militante, em circulação pela rede. Interessa-nos, então, no combate ao controle de tais discursos que matam, epistemologicamente, quem está fora das práticas normalizadas de dizer em nossa sociedade, o funcionamento desse processo discursivo. “Não se trata, pois, de simplesmente retornar à fala viva do sujeito dominado, ou de ouvir deslumbrado a pureza de sua diferença, mas de analisar os mecanismos de poder da Ciência [...]” (Bruni, 2006, p. 42). Isso porque o compromisso ético do estudo parte da seguinte premissa: “[...] lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência” do discurso” (Foucault, 2017, p. 131-132) é o que configura o papel do intelectual, hoje.

2. Disputa de sentidos em Espaços Enunciativos Informatizados

A partir de discussões anteriores sobre os Espaços Enunciativos Informatizados (Gallo e Silveira, 2017), temos buscado compreender de que modo redes sociais, responsáveis por uma parcela significativa das trocas conversacionais na contemporaneidade, têm normatizado técnica e discursivamente a formulação e circulação dos dizeres. Tendo em vista o objetivo específico do presente artigo, recortamos a reflexão mais ampla para propor que os processos de normatização próprios desses espaços têm relação estreita com o modo de organização/produção dos lugares (im)possíveis de militância. É lugar comum, hoje, ouvirmos que espaços como *Facebook* concentram, sobretudo na relação com temas sociais, debates altamente polarizados; nesse sentido, é um espaço que funciona pela (re)produção constante de controvérsias.

A controvérsia permite que o sujeito se constitua na diferença de um argumento, em relação a outro argumento. Assim, é permitido, e eu diria que mais que permitido, é desejável, que a polêmica se instaure, para que esse tipo de discurso se garanta: uns contra, uns a favor (uns inscritos na #foraButler, outros na #falaButler), e assim as polêmicas vão se sucedendo (Gallo, 2017, p. 435).

Sendo assim, caberia-nos perguntar o que determina, enfim, que a interlocução nesses espaços esteja de tal modo normatizada? Se ela se constrói na cena midiática, e portanto pública, em espaços de dizer antes interditados, como isso ocorre? Quais contradições esses espaços produzem no momento em que distribuem espaços de dizer que pretendem representar lugares sociais estabilizados? O que significa, para diferentes sujeitos, ocupar esses lugares e submeter-se às suas normatizações técnicas? Que efeitos a normatização produz nas práticas militantes quando pensamos na “divisão social do direito de enunciar” conforme ela se deu historicamente até aqui? Em resumo, interessa-

⁵ A sinalização inicial dessa ideia, por um dos autores do presente texto, nasce na participação em um evento – o VII SIES – Simpósio de Educação Sexual, realizado na Universidade Estadual de Maringá, em abril de 2021. Depois de discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa do qual fazem parte, é que ela, então, perfaz este exercício analítico coletivo.

nos compreender por que os discursos, constitutivamente contraditórios, aparecem em tais espaços sob a forma predominante da polarização.

Dois significantes parecem estar no centro dos embates entre militantes, ativistas, influencers e afins: “militância” e “lugar de fala”. Para tentar compreender essa relação, realizamos uma pesquisa por eles na ferramenta de busca do Facebook, selecionando os primeiros dois resultados, em consulta realizada no ano de 2021, a partir da conta pessoal de um dos autores deste artigo:

1ª Sequência Enunciativa (SE)

27 de janeiro · 🌐

Tem 1 semana que publiquei aqui: Não vou lutar contra o BBB. Volto hoje para ratificar o meu posicionamento e olha que nem tô assistindo. Vejo trechos na internet, o mesmo aconteceu na edição anterior, quando conheci a Fada Sensata Marcela: A justiceira feminista. A internet idolatrou a participante por seus posicionamentos progressistas, desconstruídos, a mulher que põe macho escroto no lugar dele. Mas, como a maioria das feministas brancas, a Marcela também colocou a discussão racial em trigésimo plano. O perfil ideal de feminista que fala pelas minorias, mas não olha para a sua condição racial como um campo naturalizado de ativismo incontestável.

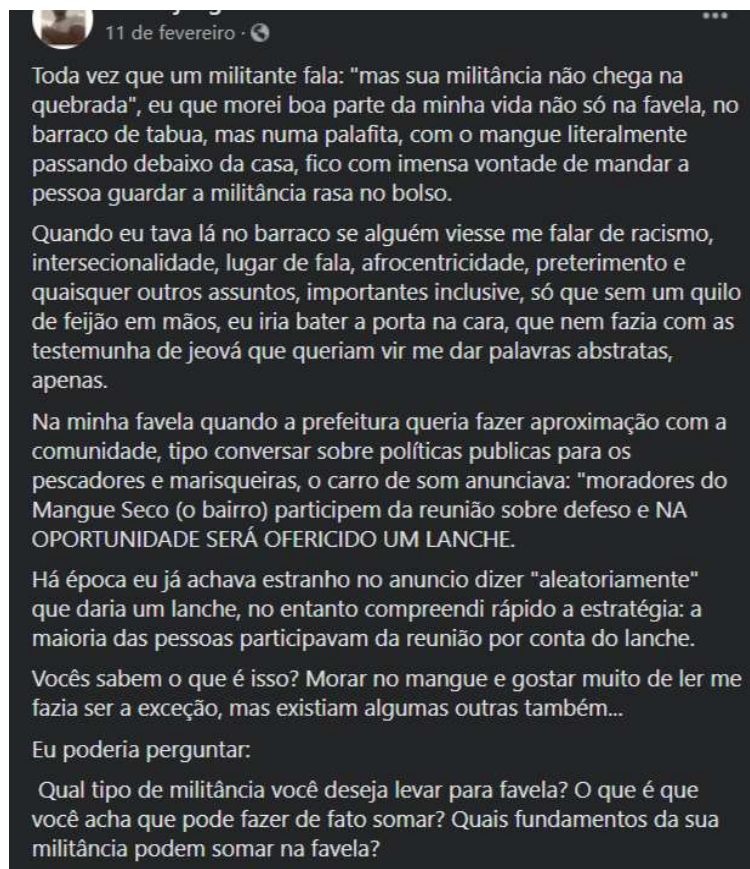
Na edição atual, também conheci o posicionamento da sister Lumena pelos burburinhos da internet. Assisti o vídeo sobre a questão da maquiagem utilizada pelos homens. E a chuva de comentários negativos sobre a fala de Lumena tomou conta das mídias sociais. Antes de qualquer coisa, quero destacar que a fala dela não se trata exclusivamente da maquiagem, pois não é esse item que credibiliza a existência de uma mulher, mas, na nossa sociedade é um elemento representativo do universo feminino e portanto contribui na constituição da existência de muitos corpos trans e travestis. Onde se encontra o cancelamento da Lumena? E onde se estabelece a Fada Sensata Marcela? A branquitude é o que anula uma e enaltece a outra. A branquitude é que permite uma ser a militante lacrativa e cheia de mimimi e a outra a dona da razão e sem defeitos em seus posicionamentos. Com isso, te pergunto: quem pode legitimar o discurso do subalternizado?

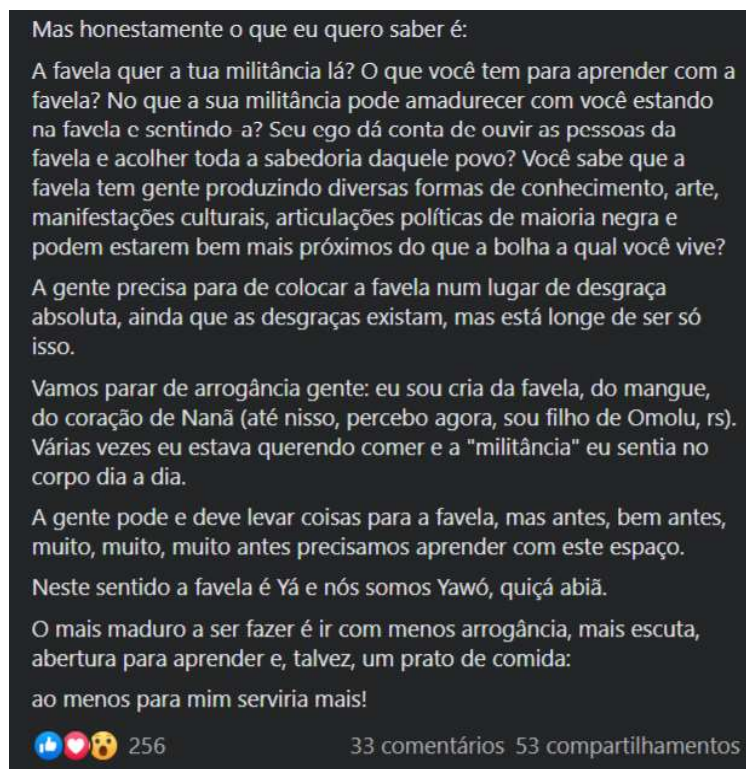
Apreendi com Muniz Sodré que o negro e a negra que levanta o nariz e se posiciona é compreendido como Boçal. Com Lélia Gonzalez aprendi que toda vez que uma pessoa preta se impõe ela é Ladina, esperta demais e sem controle. Dessa forma, a massa olha para Lumena e a torna ilegítima pelo fato de ser uma mulher negra, lésbica, boçal e ladina. A Boçalidade Ladina é uma ato de transgressão que aprendemos com os e as nossas ancestrais e que não vai deixar de ter respaldo em nossas ações. Se você inventou de fissurar o casco das Caravelas, faça do seu Corpo-território um ato boçal e ladina.



Disponível em: <https://www.facebook.com/edu.miranda.10/posts/10218077311553597>. Acesso em: 09 abr. 2021.

2ª Sequência Enunciativa (SE)





Disponível em: <https://www.facebook.com/van.sena.3/posts/3844818722250924>. Acesso em: 09 abr. 2021.

Por um lado, as duas publicações (SE1 e SE2) são caracterizadas como “discurso de militância” por reivindicarem “o discurso verdadeiro da militância”, aquele segundo o qual as mazelas sociais estratificadas nos referentes a que fazem menção no interior do discurso sejam “resolvidas”, a fim de que sujeitos de fora da norma que criticam possam ser “visibilizados”. Por outro, eles escamoteiam o que é próprio das redes sociais: instituir-se como um espaço que impele os sujeitos a se posicionarem, sempre na direção de um dizer que legitime o lugar de onde se fala.

Desse modo, se faz sentido “pautar” as limitações do discurso do outro ante às contradições⁶ entre quem fala e sua distância sobre o que fala, também produzem sentido as contradições inerentes a todo discurso: porque é desse material contraditório que se constitui o social, e a ética no discurso militante se encaixa nessa fissura.

Para melhor explorarmos tal contradição, o apagamento do político que parece operar na superfície dessas enunciações e, também, os mecanismos de resistência que aí operam, debruçamos-nos um pouco mais sobre as duas sequências, colocando-as em relação.

Na sequência 1, o argumento principal está organizado em torno de uma pergunta que nos interessa para a discussão de modo geral: “quem pode legitimar o discurso do

⁶ Por contradição discursiva, nesta análise, estamos considerando, aqui, também a formulação de Adorno (2015, p.97 a 98), tomando a contradição discursiva como “[...] efeitos de sentido que apontam para distintos, porém concomitantes, processos históricos, isto é, a composição de tendências históricas diferentes, irreduzíveis umas às outras, em uma unidade material do sentido. [...] A noção de irredutibilidade de um processo histórico a outro, isto é, a impossibilidade de uma síntese, é a base para compreender o que é uma contradição e não confundi-la com uma oposição. Em nossa Formação Social Capitalista uma das contradições fundantes é a de capital/força de trabalho, que se materializa também na relação jurídica entre dois lugares sociais opostos: empregador/empregado. A contradição constitutiva desta relação jamais será anulada nas lutas e greves por mais direitos trabalhistas, melhores salários e outras reivindicações, justas e necessárias para o trabalhador, mas insuficientes para satisfazer a determinação histórica do Capital e o movimento da força de trabalho de uma só vez (a síntese possível) ou, inversamente, destruir a relação que faz obrigatoriamente o empregado se vender livremente, na forma do contrato de trabalho, para o empregador”.

subalternizado?”. O que se desenvolve no fio textual dessa publicação poderia ser tomado como um procedimento exemplar da questão que atravessa os debates em torno da relação raça e gênero que se constitui contemporaneamente de modo assimétrico, quando remetidas a posições feministas, sendo o foco atual desse debate as dissimetrias que se materializam no interior das práticas militantes feministas se se considera não só o lugar social, mas também os corpos de quem enuncia. No entanto, em tal contexto, a pergunta pela legitimação do discurso do subalterno é absorvida pelo efeito de polarização que coloca, no centro e em confronto, dois diferentes corpos de mulher e suas (im)possibilidades de serem militantes feministas nestes espaços midiáticos.

Interessante, então, observar que a SE1 já inicia marcando, em sua própria formulação, um dos lugares onde o gesto de (des)legitimação parece se produzir: a mídia televisiva. Embora toda a publicação se articule na disputa em torno do debate entre as protagonistas mulheres, Marcela e Lumena, a formulação “Não vou lutar contra o BBB!” está marcando a relação de contradição do discurso militante e a mídia (ser militante no bbb é possível?). Aqui, a controvérsia dos polos militante-militante apaga a contradição material de ser militantes no BBB (ou na mídia). Talvez, fosse possível reformular e redirecionar a pergunta: “quem pode legitimar o discurso das/do subalternizada/os?”, e, ainda, como se distribuem, nessa relação, os processos de (des)legitimação de um e de outro corpo? Assim, a sequência 1 permite compreender que, para lutar contra a deslegitimação de determinados corpos como corpos militantes/pretos/feministas, a escolha argumentativa precisa se dar pelo gesto que reposiciona os saberes epistêmicos desses mesmos corpos sobre a imagem da mulher militante negra. É esse saber que permite ao sujeito, ainda que esteja envolvido na dinâmica da controvérsia, compreender que o debate se articula de modo dominante na esfera midiática e que, aí, talvez, seja já possível afirmar que quem (des)legitima a posição militante de determinados corpos é a instância midiática e digital, com seus diferentes, mas concomitantes, processos de normatização e mediação.

Na sequência 2, o argumento assume outra direção. Nela, não se quer afirmar um lugar de militância que se coloca entre a instância midiática tradicional e os espaços enunciativos informatizados, pelo contrário, é justamente a posição militante midiática/mediação que é confrontada em sua legitimidade. Também a militância teórica é confrontada, no sentido em que, pela relação que o texto estabelece, ela é entendida como dominante nas instâncias midiáticas//digitais. Aqui, novamente, a controvérsia se produz no confronto militante/militante, ou seja, o debate estaria centrado na decisão de quem tem “lugar de fala” para militar sobre minorias, o militante influencer/teórico, de um lado, ou o militante que fala desde a favela, de outro. A centralidade da disputa apaga, também nesta sequência, a contradição entre militância e instância midiática, com a diferença de que, agora, é a relação com o espaço não midiático da favela que se instaura a contradição.

Considerações finais

Consideramos que as análises aqui apresentadas são provisórias, pois ainda há elementos dessa emergência de uma posição militante digital(izada) que falta elaborar. No entanto, os dois recortes chamam a atenção para o fato de que a posição militante contemporânea se constitui, paradoxalmente, como uma posição emergente, uma vez que ela permite a mediação de uma fala antes interdita a determinados corpos. Nesse sentido, pela via da normatização algorítmica, que se pauta pela quantificação/massificação, tal posição ganha legitimidade e pode se projetar, produzindo

efeitos de confrontação aos discursos dominantes legitimados por outras instâncias, mas, ao mesmo tempo, essa mesma militância emergente é apropriada pela instância midiática a partir de suas determinações midiáticas regidas pelo espetáculo, de um lado, e pelas determinações algorítmicas, regidas pela normatização técnica da quantificação, de outro.

Aqui, podemos retomar a questão: quem pode legitimar o discurso do subalternizado? Ou melhor, reformulando a questão, poderíamos nos perguntar: qual discurso subalternizado pode aí se formular e circular? Se a pergunta está colocada, a resposta parece estar alhures. Em outras palavras, o foco dado às enunciadoras do discurso feminista como polos opostos da questão é a condição de possibilidade do apagamento do político, segundo a qual a contradição é subsumida pela controvérsia.

Arriscamos avançar com nossa hipótese, afirmando que a (des)legitimação do discurso do subalterno, nesse caso, se dá pelo fato de que, ali, o debate seja travado predominantemente na forma da controvérsia, mais precisamente uma controvérsia que coloca em confronto, de modo sistemático, sujeitos que enunciam do lugar da militância, articulando esse lugar com a distribuição social já lá de quem pode ou não pode falar sobre militância, racismo, feminismo. O que ocorre nesse processo, portanto, é que o discurso do subalterno é recortado de modo desigual pela própria materialidade digital que é, por sua vez, essencialmente midiaticizada. Nesses espaços é em relação aos diversos processos de mediação que a/o militante racializada/o é chamada/o a se posicionar, sempre no interior de uma controvérsia já estabelecida.

Como vimos nas sequências apresentadas, no entanto, estamos diante de uma posição militante subalternizada que, para existir, precisa circular, mas, ao fazer isso, deve, ao mesmo tempo em que se submete à normatização técnica e midiática do digital, (que exige certo modo de ser militante, entre eles, aquele que passa por uma relação com a posição militante teórico, como vemos no tipo de argumentação construída na SE1, necessária para confrontar a posição militante da feminista liberal, dominante), também precisa dela se afastar quando pretende que o discurso e o saber subalternizado sejam vistos, como eles mesmos, um discurso militante.

Por não se aplicar a uma unidade discursiva particular que inviabiliza a tomada de posição, por diferentes locutores, em um processo enunciativo que tem um mesmo referente, enquanto efeito de consenso, chamamos a atenção para algumas (in)disposições acerca da noção de lugar de fala.

Na enunciação que se organiza na ordem do discurso militante, em circulação pelos Espaços Enunciativos Informatizados como o Facebook, é estratégico que se parta da concepção de que o dissenso é incontornável, pois está no nível dos afetos, já que toda enunciação argumentativa atualiza, em si mesma, os enunciados a que se contrapõe.

Ao compreendermos como a disputa de sentidos de (des)igualdade perpassam o próprio funcionamento dos Espaços Enunciativos Informatizados, a partir das sequências enunciativas analisadas, propomos que, se a alteridade nos afeta, tal estratégia nos exige que, para além da resistência - que opera, inclusive, nessa relação de “militar sobre a militância” - haja espaço para a constituição de práticas de liberdade, pelas quais possam coexistir as diferentes subjetividades, ainda que em sua forma agonística.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme de Oliveira. Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs. 2015. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/961603>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). O legado de Foucault. São Paulo: Editora da Unesp, 2006. p. 33-44. CARNEIRO, Sueli Aparecida. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo, 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-graduação (Faculdade de Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica de poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, 20

17. p. 129-142.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GALLO, Solange Leda. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiáticos. In: 5º SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS: VIGILÂNCIA, DEMOCRACIA E PRIVACIDADE NA AMÉRICA LATINA: VULNERABILIDADES E RESISTÊNCIAS, 5., 2017, Santiago, Chile. Anais do 5º Congresso Internacional LAVITS. Santiago, Chile: Lavits, 2017. p. 426-438. Disponível em: <<http://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (Org.). Análise de discurso em rede: cultura e mídia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

Recebido em: outubro de 2023.
Aprovado em: dezembro de 2023.

Como citar este trabalho:

CAMPOS, J. G. dos S.; SILVEIRA, J. da; SANTOS, E. de M. (In)Disposições ético-afetivas na mobilização do conceito de lugar de fala em espaços enunciativos informatizados. **Traços de Linguagem**, v. 7, n. 2, 109-118, 2023.
